

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/08/2023 | Edição: 163 | Seção: 3 | Página: 135

Órgão: Ministério da Previdência Social/Conselho de Recursos da Previdência Social

## EDITAL Nº 4 CRPS/SEPREV/MMPS, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Seleção de Conselheiros classista representantes das empresas e dos trabalhadores

A Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, I, do Regimento Interno do CRPS, Anexo da Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022, torna pública a seleção para provimento de 169 vagas de conselheiros representantes das empresas e dos trabalhadores, para exercício nas Juntas de Recursos e Composições Adjuntas dos Estados e do Distrito Federal e nas Câmaras de Julgamento, órgãos colegiados do CRPS.

### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- A presente seleção será regida por este edital, observado o disposto no Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e no Regimento Interno do CRPS, Anexo da Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022.

1.2- O edital destina-se ao provimento de vagas de conselheiros representantes das empresas e dos trabalhadores, existentes nas Juntas de Recursos e Composições Adjuntas, bem como à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade da seleção.

1.3- A seleção será efetuada pelo Ministro da Previdência Social após validação dos documentos apresentados.

1.4- O presente processo seletivo terá validade de 6 meses, prorrogável por igual período, a contar da homologação das inscrições.

1.5- Para os fins deste edital e dos demais atos, editais e comunicados, é considerado somente o horário oficial de Brasília/DF.

### II - DAS VAGAS

2.1 Serão preenchidas as vagas existentes nas seguintes unidades julgadoras, conforme categoria de representação e abrangência, totalizando 80 vagas para representação de trabalhadores e 89 vagas destinadas a conselheiros representantes de empresas:

Unidade	Representações	Vagas	Abrangência
1ª Junta de Recursos	Trabalhadores	3	Amazonas
	Empresas	4	
2ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Ceará
	Empresas	1	
3ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Pernambuco
	Empresas	3	
4ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Bahia
	Empresas	1	
5ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Distrito Federal
	Empresas	1	
5ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Empresas	1	Distrito Federal
5ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	2	Distrito Federal
	Empresas	3	
6ª Junta de Recursos	Trabalhadores	3	Goiás
	Empresas	2	

6ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	4	Goiás
	Empresas	4	
7ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	4	Minas Gerais
	Empresas	4	
8ª Junta de Recursos	Empresas	1	Minas Gerais
9ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Minas Gerais
	Empresas	1	
10ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Rio de Janeiro
	Empresas	1	
10ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	4	Rio de Janeiro
	Empresas	4	
10ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	4	Rio de Janeiro
	Empresas	4	
10ª Junta de Recursos (3ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	Rio de Janeiro
	Empresas	3	
11ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Rio de Janeiro
	Empresas	2	
11ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	Rio de Janeiro
	Empresas	3	
12ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Rio de Janeiro
	Empresas	1	
13ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	São Paulo
	Empresas	2	
13ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	São Paulo
	Empresas	2	
13ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	São Paulo
	Empresas	3	
14ª Junta de Recursos	Trabalhadores	6	Nacional
	Empresas	6	
15ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	São Paulo
15ª Junta de Recursos (1ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	São Paulo
	Empresas	3	
15ª Junta de Recursos (2ª Composição Adjunta)	Trabalhadores	3	São Paulo
	Empresas	3	
16ª Junta de Recursos	Trabalhadores	3	Paraná
	Empresas	2	
17ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Santa Catarina
	Empresas	2	
18ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Rio Grande do Sul
	Empresas	3	
20ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Piauí
	Empresas	3	
21ª Junta de Recursos	Trabalhadores	1	Paraíba
22ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Mato Grosso do Sul

	Empresas	3	
23ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Mato Grosso
	Empresas	2	
24ª Junta de Recursos	Empresas	2	Espírito Santo
25ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Sergipe
	Empresas	4	
26ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Alagoas
	Empresas	2	
28ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Pará
	Empresas	<u>1</u>	
29ª Junta de Recursos	Trabalhadores	2	Rondônia

2.2 Os processos analisados não se restringem a área de abrangência territorial das unidades, podendo ser julgados recursos provenientes de todo o país.

### III - DOS REQUISITOS

3.1 Os requisitos básicos para ingresso no cargo:

a) estar no gozo dos direitos políticos;

b) estar em dia com as obrigações eleitorais;

c) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

d) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). No caso de a graduação ter sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar a revalidação do diploma exigida pelo MEC, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

e) ter idade mínima de 18 anos;

f) indicação de entidade de classe que represente trabalhadores ou empresas.

### IV. DAS ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO

4.1 O conselheiro terá exercício nas Unidades Julgadoras de 1ª instância, conforme disponibilidade de vaga deste edital e apontado na indicação da entidade de classe.

4.2 O exercício da atividade de conselheiro será realizado de forma remota, podendo a qualquer momento haver convocação para comparecimento à unidade, conforme interesse da administração.

4.3 O candidato selecionado e nomeado será submetido a período de avaliação nos primeiros seis meses de exercício do mandato.

4.3.1 Será oferecida capacitação dentro do período de que trata o item 4.3;

4.3.2 Ao final do período de que trata o item 4.3 será realizada avaliação pelo Comitê de que trata o §4º do art. 28 do Regimento Interno do CRPS, tendo como critérios a quantidade e a qualidade dos relatórios e votos produzidos, bem como assiduidade, pontualidade, flexibilidade e disponibilidade para atuar como conselheiro, dentre outros possíveis critérios.

4.4 O conselheiro aprovado terá mandato de 3 anos, incluído o período de avaliação de que trata o item 4.3, conforme art. 30 da Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022, que aprovou o Regimento Interno do CRPS.

4.5 O Conselheiro terá como atribuição o julgamento de recursos e receberá jeton por processo relatado e julgado, cujo valor é estabelecido por Portaria Ministerial, atualmente correspondendo a R\$ 58,89.

4.6 É obrigatório ao conselheiro nomeado observar a produtividade mensal prevista em regramento próprio, atualmente de no mínimo 80 e no máximo 200 processos mensais.

4.7 Descrição sumária das atribuições do cargo: analisar processo de recurso, inclusive requisitando diligências, quando necessário, até sua inclusão em pauta, assegurando aos jurisdicionados o contraditório e a ampla defesa, e julgamento.

4.7.1 Os ocupantes de cargo de Conselheiro estão sujeitos à observância estrita das normas que regem o funcionamento do Ministério da Previdência Social e do Conselho de Recursos da Previdência Social, e serão enquadrados como segurados obrigatórios do RGPS na condição de contribuintes individuais.

#### V - DA INSCRIÇÃO E DAS INDICAÇÕES POR ENTIDADES DE CLASSE

5.1 A inscrição no presente processo seletivo se dá através da indicação pela entidade de classe, seja dos trabalhadores ou das empresas, verificada a disponibilidade de vaga para a categoria e localidade pretendida, conforme item 2.1 deste edital.

5.1.1 A formalização da inscrição deverá ser realizada pelas entidades representativas, por meio do envio de que trata o item 5.3.2.

5.2 A entidade deve ter atuação na área de abrangência da unidade julgadora para a qual se concorre.

5.3 Cada entidade de classe só poderá indicar uma lista com até três candidatos.

5.3.1. A indicação poderá ser feita em lista triplíce, dupla ou única, contendo, além relação com nome completo de cada candidato:

a) Cópia de documento de identificação;

b) Comprovante de quitação eleitoral emitido pelo TSE;

c) Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

d) Cópia de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC)

e) Currículo.

5.3.2 A lista com os respectivos documentos digitalizados deverão ser encaminhados por meio eletrônico para o e-mail da unidade julgadora a que se destina a vaga, conforme endereços constantes na página oficial do CRPS: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-da-previdencia-social/contato>.

5.4 As entidades deverão enviar as listas com as indicações para a unidade julgadora a que pretende preencher vaga, observada sua abrangência, conforme quadro do item 2.1.

5.5 O envio de que trata o item 5.4 deverá ser feito no prazo de 30 dias, a contar da data de publicação deste edital.

5.6 Será excluído da seleção o candidato que não atender a quaisquer dos requisitos enumerados no item 3.1. deste edital, bem como deixar de enviar qualquer dos documentos exigidos no item 5.3.1.

5.7 O candidato, ao permitir sua inscrição, aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução da seleção e manifesta ciência sobre a possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, bem como de que tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes, para o fiel cumprimento da publicidade dos atos da Administração Pública, respeitados os termos da Lei nº 13.709/2018.

5.8 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato ou da entidade de classe correspondente.

5.8.1 O CRPS não se responsabiliza pelo não recebimento da documentação indicada no subitem 5.3.1, tanto por não cumprimento do prazo para envio, quanto por qualquer situação que frustre a chegada dessa documentação a seu destino.

5.8.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação de sua inscrição e manter seus dados devidamente atualizados junto ao CRPS.

## VI - DA SELEÇÃO

6.1 O Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados validará a documentação recepcionada pelas unidades julgadoras e encaminhará ao presidente do órgão, que homologará as candidaturas.

6.2 A relação das inscrições homologadas de que trata o item anterior será divulgada na página oficial do CRPS no prazo máximo de até 30 dias a contar do encerramento das inscrições.

6.3 A presidência do CRPS encaminhará lista homologada para o Ministro de Estado da Previdência Social, que procederá à escolha, dentro das vagas disponíveis.

6.4 As nomeações serão publicadas no mesmo local de que trata o item 6.2, ao longo do prazo de validade do certame.

## VII - DOS RECURSOS

7.1 Os recursos quanto à homologação das inscrições podem ser encaminhados para o endereço [selecao.crps@economia.gov.br](mailto:selecao.crps@economia.gov.br), em até 2 dias da divulgação de que trata o item 6.2.

7.2 O resultado dos recursos será divulgado em até 10 após o prazo final de interposição.

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Será possível a nomeação para exercício em outra unidade julgadora, diferente da escolhida no momento da inscrição, desde que não tenham sido preenchidas as vagas iniciais para aquela unidade.

8.2 O candidato fica ciente de que o CRPS deverá permanecer com os seus dados pelo período da vigência da seleção expresso neste edital.

8.3 A homologação da inscrição do candidato no processo seletivo constitui mera expectativa de direito à nomeação, ficando este ato condicionado ao interesse e conveniência da Administração, disponibilidade orçamentária e demais disposições legais.

8.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo CRPS, quando necessário.

8.5 O Conselheiro deverá tomar posse no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar de sua nomeação no Diário Oficial da União, sendo que a perda deste prazo implica em renúncia tácita ao mandato.

**ANA CRISTINA VIANA SILVEIRA**

Presidente

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.